



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 554559 - SP (2019/0385026-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO VINICIUS STOPPA CARVALHO - SP320632
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO PRADOS FIGUEROA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELA SUPREMA CORTE NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE N.ºS 43, 44 E 54. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO PRADOS FIGUEROA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n.º 0001697-61.2017.8.26.0616).

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 3 (três) anos de reclusão, no regime inicial aberto, e 300 (trezentos) dias-multa, sendo substituída a privativa de liberdade por restritiva de direitos. Concedido o recurso em liberdade, foi ordenada a expedição de alvará de soltura clausulado.

O Tribunal de origem negou provimento ao reclamo da Defesa e deu provimento ao do Ministério Público para, afastado o redutor, fixar as reprimendas do Réu em 6 (seis) anos de reclusão, no regime inicial fechado, e 600 (seiscentos) dias-multa, mantido, no mais, o édito condenatório, determinando a expedição de mandado de prisão, em consonância com jurisprudência consolidada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal (HC n.º 126.292/SP), pois:

"Como se ressaltou no citado writ, é inteiramente justificável a possibilidade de o julgador determinar o imediato início do cumprimento da pena, inclusive com restrição da liberdade do condenado, após firmada a responsabilidade criminal pelas instâncias ordinárias, sem qualquer comprometimento do princípio constitucional da presunção de inocência." (fl. 19)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 49-56).

A Impetrante requer, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para a imediata soltura do Paciente, ante a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADCs n. 43, 44 e 54.

Inicialmente indeferida a inicial, por falta de instrução (fl. 147), a Presidência do Superior Tribunal de Justiça reconsiderou a decisão após a juntada das peças processuais necessárias e deferiu o pedido liminar, nos termos da decisão de fls. 1.153 -1.154.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 159-300 e 301-331.

O Ministério Público Federal, às fls. 337-340, opina pela concessão da ordem.

É o relatório. Decido.

A condenação não transitou em julgado, pois consoante informações prestadas pela Corte *a quo*, a Defensoria Pública ingressou com recursos especial e extraordinário. O primeiro foi admitido parcialmente e o segundo não admitido, no juízo de prelibação aos 20/01/2020. Irresignada, a Defesa ajuizou agravo em recurso extraordinário, o qual está em processamento.

Assim, na esteira da atual jurisprudência da Suprema Corte acerca do princípio da presunção de não culpabilidade, a determinação da expedição de mandado de prisão, sem fundamentação nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, antes do trânsito em julgado da condenação, caracteriza constrangimento ilegal.

Ocorre que, **atualmente, em conformidade com a conclusão de mérito do Supremo Tribunal Federal nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO, não é mais possível a execução provisória da pena**. A propósito, no *site* oficial da Suprema Corte, noticiou-se o que se segue (www.stf.jus.br, publicado em 07/11/2019, acesso em 12/11/2019):

"Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Nesta quinta-feira (7), a Corte concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, que foram julgadas procedentes. Votaram a favor desse entendimento os ministros Marco Aurélio (relator), Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Dias Toffoli, presidente do STF. Para a corrente vencedora, o artigo 283 do Código de Processo Penal (CPP), segundo o qual 'ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva', está de acordo com o princípio da presunção de inocência, garantia prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. Ficaram vencidos os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia, que entendiam que a execução da pena após a condenação em segunda instância não viola o princípio da presunção de inocência. A decisão não veda a prisão antes do esgotamento dos recursos, mas estabelece a necessidade de que a situação do réu seja individualizada, com a demonstração da existência dos requisitos para a prisão preventiva previstos no artigo 312 do CPP – para a garantia da ordem pública e econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal." (sem grifos no original.)

Na linha desse entendimento, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: HC 543.860/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 02/12/2019; HC 525.899/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA; DJe 02/12/2019; HC 547.298/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 28/11/2019; HC 545.837/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, DJe 28/11/2019; HC 531.850/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 27/11/2019.

Ante o exposto, CONCEDO a ordem de *habeas corpus* para, confirmando a liminar, assegurar ao ora Paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, resguardada a possibilidade de decretação de nova prisão processual, em deliberação devidamente fundamentada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora